

Direitos Humanos no Brasil 25 anos
Episódio 9: Articulações dos povos indígenas
Transcrição

Música

Daniela Stefano: Olá, bom ter você aqui! Eu sou Dani Stefano e apresento o podcast que celebra os 25 anos da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. Também comemoramos 25 anos da publicação do livro Direitos Humanos no Brasil. As pessoas que fazem parte desta história compartilham memórias e análises sobre diversos temas em relação à defesa de direitos e à construção de justiça social no Brasil.

vinheta de abertura com Sergio Marone

Mariazinha Baré: A nossa vida, a nossa produção e reprodução cultural, a questão dos usos das práticas, dos costumes, elas estão dentro dos nossos territórios. A nossa farmácia é a nossa floresta. A nossa farmácia são os nossos rios, a nossa farmácia é o ar que a gente respira, é o sol que a gente consegue enxergar, enfim é tudo com quem a gente se relaciona na natureza, porque a gente só é parte dela.

Música

Dani: Mariazinha Baré, coordenadora da Articulação dos Povos Indígenas do Amazonas, APIAM, é a convidada deste episódio especial sobre povos originários

Música

Dani: Mariazinha Baré nasceu em São Gabriel da Cachoeira na região da Tríplice Fronteira, Brasil, Colômbia e Venezuela. Ela é coordenadora da Articulação dos Povos Indígenas do Amazonas APIAM, que representa 66 povos indígenas.

Mariazinha: nós estamos em uma população de aproximadamente 500 mil indígenas só no estado do Amazonas com uma diversidade enorme de povos. Além dos 66 povos, nós também temos no estado do Amazonas povos de recente contato e não contactados também. E a gente ainda tem uma relação com a própria floresta e com os nossos territórios muito fortes.

Dani: O Amazonas é o estado com a maior diversidade de povos originários no Brasil. Mariazinha, qual é a situação dos povos indígenas no Amazonas?

Mariazinha: Nos últimos anos a gente tem sofrido com vários impactos e pressões, como as próprias invasões dos nossos territórios, mesmo aqueles já demarcados ou aqueles em processo de demarcação. A insegurança dentro dos territórios é grande, em relação à questão da própria atuação do Estado. A gente tem sofrido muito com isso e aí a invasão dos territórios, madeireiros, garimpos ilegais enfim, uma série de questões. A gente não tem avançado, por exemplo na questão da elaboração e implementação dos planos de gestão ambiental e

territorial, a questão da educação escolar indígena diferenciada. Temos problemas ainda com a própria saúde indígena. E aí do entendimento dos próprios municípios e governos que acham não têm responsabilidade junto aos povos indígenas.

Música

Mariazinha: A gente tem uma demanda enorme ainda para avançar na questão da demarcação das terras indígenas em termos de áreas reivindicadas, são aproximadamente ainda 184 áreas que não entrou em nenhum processo de demarcação. E, para além disso, temos um número ainda considerado de áreas que ficaram estagnadas nesses anos pós-constituição, várias outras terras nós não conseguimos avançar no processo de demarcação. Áreas que estão no processo de demarcação com mais de 15, 20 anos paradas inclusive. Nesse processo todo do Estado brasileiro e que só colaborou para gerar mais conflito dentro das terras indígenas.

Dani: Outra questão urgente é o impacto das empresas farmacêuticas, da mineração e do agronegócio que invadem os territórios indígenas.

Mariazinha: Não deveria haver nenhum tipo de empreendimento dentro desses territórios para que a gente não sofra, como a gente já sofreu no passado, nossa retirada de dentro dos nossos próprios territórios. E, em pleno século 21, nós continuamos convivendo com toda essa realidade. E aí a invasão do próprio agronegócio dentro dos territórios. A questão da contaminação com os agrotóxicos nos rios, nas nascentes dos rios, na própria terra, que também com a questão do vento e da chuva, como está muito próximo dos territórios, ela acaba também chegando e impactando na própria saúde dos povos indígenas. A questão farmacêutica com grandes interesses em acessar os conhecimentos indígenas relacionados ao patrimônio genético. A nossa grande preocupação no acesso é a partir do momento que isso estiver registrado num banco de dados, como é que permanece a questão da gente continuar produzindo esses conhecimentos dentro dos nossos territórios? Em relação à questão da mineração, em termos de legislação não tem uma regulamentação em relação à questão da mineração dentro de terras indígenas. Para além das empresas farmacêuticas, mineradoras, o agronegócio, o próprio Estado brasileiro, infelizmente, está vendo a questão da situação dos parlamentares, eles estão vindo na contramão em relação à questão da climática.

Dani: Quais são as demandas dos povos para a defesa dos seus territórios?

Mariazinha: A nossa vida, a nossa reprodução cultural, a questão dos usos das práticas, dos costumes, elas estão dentro dos nossos territórios. A nossa farmácia é a nossa floresta, são os nossos rios, a nossa farmácia é o ar que a gente respira, é o sol que a gente consegue enxergar, enfim é tudo com o que a gente se relaciona na natureza, porque a gente só é parte dela. Então, essa é a grande preocupação nossa. É a segurança física, cultural, social, ambiental e econômica também para dentro dos territórios indígenas. Qual é a segurança que nós temos de tudo isso? Porque até o momento a gente tem visto só muita violação dos nossos direitos, desconstrução dos nossos direitos e morte, literalmente, morte dos nossos direitos e a

morte das nossas próprias vidas e a morte das nossas lideranças também.

música

Dani: A APIAM está focada em quatro eixos: a questão fundiária, a socio-bioeconomia, as ciências indígenas e as políticas climáticas. Você pode explicar os principais pontos desses eixos?

Mariazinha: A questão fundiária a questão da demarcação das terras indígenas que envolve a questão da própria proteção dentro dos territórios. E a questão hoje dos territórios também está sendo vista como uma estratégia de mitigar o avanço dessa crise climática também. O papel que nós, povos indígenas temos e atuamos na proteção da questão territorial, proteção e conservação da própria natureza das florestas, dos rios.

música

Mariazinha: A sociobioeconomia nada mais é do que a questão das próprias economias indígenas. Nós também estamos preocupados em não deixar faltar o que nós temos dentro dos nossos territórios. Por exemplo, o peixe, se a gente não trabalha com a questão do manejo que a gente faz secularmente, ele termina. Então, quando a gente fala de socio-bioeconomia, é considerando que a gente precisa continuar manejando, cuidando mas gerando também uma renda para que a gente consiga viver de forma digna dentro dos territórios, ou então para quem está na área urbana também possa viver de forma digna dentro dos seus territórios. Trabalhar com a questão do manejo sempre, porém trabalhar também com a parte de tecnologias e inovações para melhorar cada vez mais os produtos que a gente leva para gerar renda, tanto para dentro como para fora dos territórios. O investimento para a gente trabalhar com a produção de polpas, de frutas secas e por aí vai, coisas que a gente vê que estão sendo trabalhadas para fora dos territórios e com a produção que nós temos, a gente pode estar trabalhando, gerar renda e, ao mesmo tempo, a gente garantir a soberania e a segurança alimentar também dentro dos nossos territórios.

música

Mariazinha: Nós temos a ciência indígena. O Brasil tem acessado mais de 70% do conhecimento dos povos indígenas. Então, precisa de uma reparação histórica também relacionada aos conhecimentos dos povos indígenas. Como é que fica essa reparação? Nós queremos ser indenizados por conta dessa apropriação indevida dos nossos conhecimentos. Por que os nossos conhecimentos não são considerados ciências indígenas? E a gente até questiona por que o conhecimento do Einstein e de outros grandes cientistas não são conhecimentos tradicionais e os nossos são conhecimentos tradicionais? E essa grande preocupação nossa de como trabalhar essas nossas ciências indígenas a nosso favor e a favor da própria humanidade também.

Música

Dani: Você está ouvindo Direitos Humanos no Brasil, um podcast em comemoração aos 25 anos da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. A 25ª edição do livro Direitos Humanos no Brasil já está disponível e pode ser lida e baixada em www.social.org.br.

música

Dani: Continuamos com Mariazinha Baré neste episódio especial sobre povos indígenas: no bloco anterior, Mariazinha falou sobre três dos eixos da Articulação dos Povos Indígena do Amazonas; território, sociobioeconomia e ciências indígenas. O quarto eixo da APIAM é a política climática.

Mariazinha: Nós estamos muito preocupados com as questões focadas nessa grande transformação e dos impactos que são oriundos das ações climáticas: rios que secam e não voltam mais a encher. A gente está convivendo com essa seca, com a falta de água dentro dos territórios indígenas. Nós temos que andar quilômetros e quilômetros em busca de água, em busca de alimentos, e isso tem sido um problema sério com as questões climáticas. E a outra questão parece ser uma solução e não é uma solução dos muitos dos fundos de financiamentos. Tem um estudo que foi produzido já faz acho que uns quatro anos, traz informações de que menos de 1%, ou 0,01%, que chegam dentro de terras indígenas, dentro de áreas protegidas para povos e comunidades tradicionais.

Dani: O que são esses fundos de financiamento climático?

Mariazinha: Esses fundos climáticos estão relacionados a recursos destinados por grandes empresas e por países que impactam em grande escala o meio ambiente. E eles sabem que quem sofre um grande impacto maior e em grande escala somos nós, os países em desenvolvimento. Mas a nossa preocupação é essa. Quem financia, quem acessa? E de que forma que acessa esses fundos e quem financia, qual é o compromisso de fato que tem? O que a gente não quer é continuar sendo usado e falando “mas nós estamos financiando os povos indígenas lá no Amazonas nós estamos financiando os povos indígenas para manter para conservar ou para ficar intocado”.

Dani: O que é esse mercado de carbono e de que forma ele impacta os territórios indígenas?

Mariazinha: É o sistema de países, empresas ou indivíduos que podem comprar e vender crédito de carbono. Por isso que você vai ver e observar também que tem muitos países e empresas aliciando e fazendo compra de áreas verdes principalmente na Amazônia, e usando essas terras para compensar as suas emissões de gás de efeito estufa. É uma política de financiamento que não condiz com a nossa realidade. Porque eu posso até falar que eu estou negociando meu território para um país, uma empresa, um indivíduo comprar e vender crédito de carbono. Eu estou vendendo para eles. E eu estou compensando eles por emitir gás de efeito estufa. Ou seja, eles continuam emitindo, mas aqui, como eu estou cuidando, eu estou compensando. Então, por isso que isso é muito perigoso. É muito perigoso para nós. A gente está reduzindo aqui, mas eles lá estão reduzindo? Não estão.

Dani: O que seria um fundo de financiamento climático que de fato atendesse aos povos indígenas?

Mariazinha: É um fundo de financiamento que considera [justamente as atividades de conservação, de manejo e de estoque de carbono que nós fazemos a vida toda dentro dos nossos territórios. É um fundo de financiamento que é pensado, construído e gerido pelos povos indígenas, onde esse recurso venha direto para os povos indígenas.

Música

Dani: A 30ª Conferência das Partes das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, COP30, vai ser realizada em novembro de 2025, em Belém no Pará. Qual é a sua expectativa e quais são as principais demandas para a COP30?

Mariazinha: A gente, enquanto povos indígenas, a gente já está nesse processo de acompanhamento das COPs não é de hoje. As nossas reivindicações elas não têm mudado muito com o tempo. E a gente já vem dialogando e construindo, inclusive, propostas para que elas possam ser inseridas dentro das NDC. O que são as NDC? É a Contribuição Nacional Determinada. É um termo que está relacionado ao Acordo de Paris e às metas de redução de emissões de gases e de efeito estufa. É um padrão inclusive que é utilizado pela própria COP, e onde os países que fazem parte da COP precisam ter essas propostas para justamente atender o Acordo de Paris. É uma oportunidade? É. Mas que seja uma oportunidade para que a gente encontre povos indígenas, povos que vivem na floresta, povos das águas seja reconhecida e que, de fato, haja essas mudanças de fato, direcionadas de forma direta para nós.

Música

Mariazinha: Nós temos muita preocupação de que esse grande evento na Amazônia venha somente para respaldar o que vem sendo discutido pelas empresas e países cada vez maior focado na questão econômica uma exploração irresponsável uma exploração que não considera infelizmente as questões ambientais sociais.

Música

Mariazinha: É a conferência das partes, mas é bom só reforçar é a parte que envolve os 193 países do mundo, não somos nós, povos indígenas infelizmente. A gente está também se articulando para estar presente a área azul que envolve os governos para fazer incidência nos temas, que vão estar sendo discutidos no decorrer do evento, obviamente, que lá dentro da cúpula das grandes negociações a gente não vai poder entrar, mas a gente deve ter um ou dois representantes indígenas porque antecedendo COP existe o Fórum Internacional de Povos Indígenas, que se debruça sobre o documento que vai ser apresentado pelos governos. E a gente tenta buscar alguma alternativa de como a gente consegue incidir. É ali que saem encaminhamentos que também podem ou ser uma oportunidade ou então uma ameaça para nós, povos indígenas.

Música

Mariazinha: Para a gente vai ser muito estratégico, também estar lá fora fazendo as nossas pressões, reivindicando, mostrando para o mundo como é que nós estamos sendo violentados, como é que as questões estão acontecendo dentro do nosso país e de outros países também, que vão se juntar a nós. E aí não vai ser só povos indígenas do Brasil, dos nove países da América. A gente tem tido um diálogo também estratégico com os indígenas dos outros continentes, inclusive, porque quando você senta para conversar, você vai ver que a realidade de nós, povos indígenas no mundo, é muito parecida. A COP na Amazônia é para denunciar os descasos dos governos, dos parlamentares, das grandes empresas de não assumir suas responsabilidades. Denúncia contra a violação e desconstrução dos direitos indígenas.

Música

Dani: Qual é a importância da articulação dos povos enquanto movimento?

Mariazinha: Ela faz toda a diferença. Essa rede de organizações que nós conseguimos consolidar só fortalece as nossas lutas, porque essa rede de organizações começa dentro dos territórios pelas nossas organizações locais, as nossas organizações regionais, as nossas organizações estaduais, as nossas organizações a nível de Amazônia, a nível de Brasil e que perpassa vai para outros países. Então, essa rede é uma estratégia dos povos indígenas para a gente fortalecer as nossas lutas, fortalecer as políticas públicas, fortalecer os fundos de financiamentos, fortalecer as vozes indígenas onde estiver, levar as nossas demandas aonde for e aonde a gente estiver. É isso, a gente precisa nos fortalecer cada vez mais enquanto rede de organizações indígenas e a gente também precisa estar fortalecido também com outros movimentos sociais que têm o mesmo objetivo da luta que nós temos também.

música

Dani: Neste nono episódio de Direitos Humanos no Brasil conversamos com Mariazinha Baré, da Articulação dos Povos Indígenas do Amazonas, APIAM, sobre as demandas e o papel fundamental dos povos originários para o cuidado com o planeta num contexto de crise climática.

Música

Dani: O podcast Direitos Humanos no Brasil é apresentado e produzido por Daniela Stefano. Música e mixagem de áudio: Luiz Mendonça | Narração da abertura e encerramento: Sergio Marone (Movimento Humanos por Direitos). | Arte: Fábio Carvalho | Mídias sociais: Ana Rosa Carrara | Coordenação: Maria Luisa Mendonça | Um abraço solidário e até o próximo episódio.

Vinheta de encerramento